



Parlamento Europeu: 2007-09-11

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Membros da Comissão Ambiente, Segurança Alimentar e da Saúde Pública do Parlamento Europeu

É com muito gosto que me dirijo a esta Comissão para apresentar o programa da Presidência Portuguesa na área da segurança alimentar.

Estive na Comissão de Agricultura e na Comissão das Pescas, onde expressei os nossos objectivos sectoriais. Venho, agora, a esta comissão para vos assegurar que a Presidência Portuguesa tem presente a necessidade de continuar o esforço de integração dos objectivos ambientais, de segurança alimentar e de saúde pública em todas as políticas europeias.

Devemos reconhecer que muito tem sido feito para dar novas dimensões à política agrícola, procurando corresponder aos novos desafios globais, como as alterações climáticas e catástrofes naturais, a preservação da biodiversidade e o uso sustentável dos recursos, bem como às novas exigências da sociedade, nomeadamente, em matéria de qualidade e segurança alimentar e dos novos usos bioenergéticos.



*Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas de Portugal*

É nesta linha reformista que nos posicionamos, conscientes da necessidade de acelerar as mudanças em curso. A decisão política e o processo legislativo têm o seu ritmo, mas o tempo é agora uma variável ainda mais importante para se encontrarem respostas justas e adequadas para os problemas.

Permitam-me uma palavra de pesar às famílias das vítimas e que manifeste aqui a minha solidariedade para com as regiões mais afectadas pelos incêndios florestais na Grécia. Ninguém pode ficar indiferente ao que aconteceu, tal a dimensão da tragédia.

Mas não temos dúvidas que estamos perante um fenómeno duradouro, que se agravará com as alterações climáticas e com o processo de abandono dos espaços rurais, nomeadamente, no sul da Europa. A seca, os incêndios florestais e o combate à desertificação devem ser prioridades da política europeia de desenvolvimento rural, ambiental e regional.

Estou convicto, nesta matéria, que o conjunto de propostas desta Comissão Parlamentar deverão ser concretizadas. Da minha parte, tudo farei para se avançar rapidamente com a discussão sobre o novo regulamento do Fundo de Solidariedade da UE.



É este espírito de cooperação e de relacionamento positivo com o Parlamento que me proponho seguir, visando o progresso dos trabalhos nos vários assuntos da nossa agenda comum.

Dirijo-me agora ao centro do nosso debate, às questões da saúde pública e animal, dos géneros alimentícios, dos medicamentos, da alimentação e do bem-estar animal e da protecção das culturas.

Portugal assume a Presidência da União numa altura em que o quadro legislativo neste domínio está praticamente consolidado. As propostas contidas no Livro Branco sobre Segurança Alimentar deram origem a um amplo conjunto de regras de grande complexidade técnica. São já visíveis as vantagens da harmonização regulamentar neste domínio.

É necessário manter vivo o diálogo entre os parceiros que intervêm na cadeia. Este benefício é tanto mais evidente num cenário de ausência de fronteiras, onde temos de gerir ameaças para a saúde pública e sanidade animal, o consumo e comércio de alimentos seguros, a informação disponível ao consumidor e operadores, ou até, a promoção de uma alimentação e estilos de vida saudáveis.

Ao mesmo tempo, existe a consciência de que a continuidade e sustentabilidade destas políticas são um factor crítico para o seu



sucesso. Neste aspecto, o Programa da Presidência Portuguesa está indissociavelmente ligado ao Programa de 18 meses das Presidências Alemã, Portuguesa e Eslovena.

Começaria por referir os dossiers com impacto na segurança alimentar que se encontram já em discussão no Conselho:

i) O pacote “aditivos”, é constituído por 4 propostas legislativas destinadas a introduzir, pela primeira vez, legislação harmonizada da UE aplicável às enzimas alimentares, aperfeiçoando as regras actuais aplicáveis aos aromatizantes e aos aditivos. É igualmente clarificada a legislação actual através da criação de um instrumento único para a sua aprovação, com base no parecer científico da EFSA. Esta Comissão já adoptou os relatórios em primeira leitura e a Presidência está, agora, empenhada em prosseguir as negociações com vista a viabilizar um acordo político no início da segunda leitura.

ii) No domínio dos novos alimentos e da rotulagem geral e nutricional, aguardamos a adopção das propostas pela Comissão. A Presidência está pronta a iniciar o debate técnico no Conselho nestas 3 propostas.

iii) No campo dos medicamentos veterinários, estamos a trabalhar na proposta relativa aos procedimentos comunitários de fixação de limites de resíduos das substâncias activas nos alimentos de origem animal, e



*Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas de Portugal*

na proposta de alterações à Directiva sobre a proibição de utilização de certas substâncias de acção hormonal.

São dois *dossiers* onde um trabalho articulado entre as 2 instituições poderá criar condições para podermos eventualmente chegar a um acordo em primeira leitura.

iv) No âmbito da protecção das culturas a Presidência dará, de forma prioritária, continuidade à negociação da proposta de regulamento relativo à colocação de produtos fitossanitários iniciada pelas Presidências finlandesa e alemã.

Paralelamente estamos também a trabalhar na consolidação da directiva quadro relativa ao uso sustentável de pesticidas. No centro destas duas propostas está uma nova abordagem para a autorização e utilização de produtos fitossanitários.

O objectivo é conciliar as preocupações de saúde e ambiente com as necessidades de protecção fitossanitária das culturas, assegurando três valores fundamentais: a competitividade do sector, a simplificação dos procedimentos e assegurando o respeito pela diversidade na UE. A Presidência espera cooperar de forma frutuosa com o Parlamento neste domínio ainda durante a primeira leitura.

v) No âmbito da alteração das disposições de comitologia resultantes da nova alteração nesta matéria, que introduz um novo procedimento de



*Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas de Portugal*

regulamentação com controlo, a Presidência PT estará disponível para tentar um acordo em 1ª leitura, em conformidade com as prioridades definidas na declaração conjunta entre as três instituições.

As propostas em causa são o Regulamento que prevê o alinhamento relativo aos limites máximos de resíduos de pesticidas e ainda a proposta sobre géneros alimentícios e alimentos para animais geneticamente modificados.

Existem no âmbito da comitologia outras duas propostas: a primeira, relativa às alegações de saúde e nutricionais dos alimentos e a segunda, relativa à adição aos alimentos de vitaminas, minerais e determinadas outras substâncias, que foram já objecto de acordo em primeira leitura. O Conselho irá agora adoptar formalmente estes dois actos.

vi) Quanto às considerações de ordem geral relativamente à segurança dos alimentos, não quero deixar de aproveitar esta oportunidade para confirmar que a Presidência está perfeitamente ciente das bem conhecidas preocupações ambientais e de saúde no domínio dos OGM. Iremos atribuir, por conseguinte, uma especial importância à aplicação da legislação comunitária neste domínio.

vii) Gostaria agora de passar ao âmbito da protecção dos animais. Vamos promover a adopção formal pelo Conselho do complexo



*Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas de Portugal*

regulamento já acordado sobre protecção dos frangos de carne. É um passo importante conseguido pela Presidência alemã, que põe termo à ausência de harmonização comunitária e que procura, sem descurar a competitividade do sector, uma melhoria substancial das condições de produção dos frangos e da qualidade da sua carne.

Uma outra proposta diz respeito ao comércio de peles de cão e de gato. Após o acordo em primeira leitura, o Conselho irá agora proceder à ultimação do texto para a sua adopção durante o Outono, disponibilizando um instrumento harmonizado suplementar de protecção do bem-estar que proíbe a colocação no mercado, a importação e a exportação destas peles.

Ainda no domínio do bem-estar animal, vamos ter oportunidade de avaliar o aguardado relatório da Comissão sobre a aplicação da legislação relativa à protecção das galinhas poedeiras. Naturalmente, se reforçamos as exigências no plano interno com estes novos instrumentos, estamos em condições de pressionar os nossos parceiros – países terceiros – a adoptarem uma estratégia equivalente, de forma a manter condições de concorrência equitativas para todos. A Comissão deverá intensificar por conseguinte as negociações neste campo.

viii) Referindo-me agora aos *dossiers* cuja adopção pela COM se aguarda para breve, citarei em primeiro lugar a Comunicação sobre a



nova estratégia de saúde animal 2007-2013. Esta Comunicação irá certamente ser objecto de discussão técnica e debate político no decurso deste semestre. Os recentes focos – ainda deste Verão – de doenças várias na UE, como os de febre aftosa, gripe aviária, Doença de Newcastle, peste porcina ou de Língua Azul, reforçam a necessidade de ser levada a cabo uma reflexão profunda sobre a estratégia de política sanitária a curto e médio prazo. São questões complexas, quer ao nível das regras de prevenção, tratamento e de controlo de epizootias, quer pelo seu impacto sobre as trocas comerciais, ou ainda nos mecanismos de financiamento das crises.

Trata-se, por isso, de um dossier da maior importância, uma vez que constitui uma sólida reflexão sobre o financiamento das medidas comunitárias de saúde animal e do seu conteúdo.

viii) Relativamente aos aspectos de carácter mais geral, sublinharia a importância dos eventos que terão lugar durante a comemoração dos 5 anos da criação da EFSA. Em parceria entre a EFSA, a Presidência PT e a Comissão, contando naturalmente com a participação do PE, vai realizar-se uma Mesa Redonda sobre a experiência adquirida com a separação da avaliação e da gestão do risco e, nomeadamente, sobre a importância dos *policy makers* disporem de pareceres científicos – úteis, adequados e atempados - constituindo a base para a tomada de decisões comunitárias pelos gestores do risco. A Presidência PT conta com a participação activa dos membros do Parlamento, contribuindo



para a eventual formulação de Conclusões a adoptar, posteriormente, pelo Conselho.

ix) Quanto à rotulagem de alimentos compostos para animais, na sequência de uma revisão preliminar e muito limitada da directiva sob a qual o Parlamento e o Conselho chegaram recentemente a acordo – aguardamos a proposta da Comissão que prevê a reformulação completa dos requisitos de rotulagem em vigor. Tal como o Parlamento, a Presidência PT espera que a proposta seja apresentada rapidamente para iniciar a sua discussão.

x) Não posso deixar de referir, pela sua importância, a agenda Internacional face ao impacto na nossa agenda europeia.

A Presidência contribuirá, ao nível bilateral, para reforçar o papel da UE na implementação dos acordos veterinários e fitossanitários com países terceiros. Paralelamente, ao nível multilateral, irá seguir as iniciativas desenvolvidas pela Comissão em matéria de política comercial externa com impacto SPS – Sanitário e Fitossanitário. Pretendemos contribuir para a coordenação das posições e interesses da União nas reuniões que decorrem na Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), no *Codex Alimentarius* e na Convenção Internacional Fitossanitária (IPPC) e FAO, respectivamente ao nível veterinário, alimentar e fitossanitário.



*Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas de Portugal*

A nossa política em segurança alimentar tem de ser capaz de responder aos novos desafios que se colocam no mercado mundial.

Segurança, qualidade, tradição, competitividade e inovação, devem ser parte integrante da política da fileira agro-industrial, a principal indústria da UE, em termos de emprego e de valor acrescentado. A agro-indústria precisa de matéria-prima e os consumidores europeus precisam de manter a confiança e conhecer a qualidade dos produtos que consomem.

A presidência PT está determinada em evidenciar esta noção, apostando numa discussão sobre a importância global da agricultura, que não se limita à produção primária. Este será, aliás, o tema principal do Conselho Informal, que irá decorrer ainda este mês e que irá ainda associar a importância cultural e histórica das regiões demarcadas, como é a do vinho do Porto.

ooo

Termino da forma que iniciei, reiterando a intenção da Presidência em trabalhar de forma empenhada em estreita parceria com o Parlamento neste domínio de codecisão – que é o da segurança alimentar.

Estou naturalmente disponível para ouvir com a melhor atenção eventuais comentários e responder a questões que queiram formular.

Muito obrigado.